



## A Rede de Educação Cidadã e suas motivações para o ano de 2014

Considerado um ano atípico, que remete a reflexões, comemorações e análises de conjuntura para compreender os diferentes contextos, 2014 é um ano em que o Brasil caminha para o período mais longo do regime democrático de toda a sua história. Completam-se 82 anos do voto feminino, 50 da ditadura, ano de Copa do Mundo, de eleições para os governos estaduais e federal, de Plebiscito para Reforma Política, e de 2ª conferência na qual se discute o Plano Nacional de Educação para o Brasil para os próximos 10 anos e o Sistema Nacional de Educação.

Para fortalecer os sonhos e avançar na luta, o ano começa com a realização do Fórum Social Temático e o Fórum Mundial de Educação, em Porto Alegre-RS, como espaços significativos onde se afirma que outro mundo e outra educação são possíveis e necessários; assim como unir as bandeiras de lutas e pensar agendas coletivas são alternativas para o enfrentamento e para promover a organização e participação social.

É nesse contexto de sonhos e utopias fortalecidos que o Coletivo Nacional da Rede de Educação Cidadã se reuniu na cidade de Porto Alegre-RS com o objetivo de participar das atividades do Fórum Social Temático e Mundial de Educação, levando o debate sobre a Política Nacional de Educação e da Educação Popular e Direitos Humanos, assim como realizar a 1ª reunião do ano no sentido de refletir em torno dos desafios que a conjuntura nos coloca, qualificar o Plano de Trabalho de 2014 elaborado, em novembro de 2013, na 2ª Reunião Ampliada da Recid. Também debatemos o acompanhamento político e pedagógico e como qualificar os processos da Recid.

O ano de 2014 e sua conjuntura apontam grandes desafios para quem desenvolve ações no campo popular e no trabalho da educação popular, como é o caso da Recid, muitos deles contemplados e assumidos nos desafios estratégicos do Plano Trienal 2012-2014 da Recid, como: a) fortalecer as lutas contra os impactos do modelo neodesenvolvimentista, a partir do projeto popular para o Brasil; b) incentivar a luta de massas, se aproveitando dos conflitos já evidenciados, para abrir a possibilidade do despertar da consciência; c) fortalecer as lutas contra o processo de exclusão sócioterritorial nos centros urbanos; d) fortalecer as organizações e lutas com especial destaque para as que atingem a juventude e as mulheres; e) radicalização da democracia e f) fortalecer as ações no sentido de acumular para a construção de um projeto popular para o Brasil.

Nesse sentido, a Recid destaca 3 eixos de ação que estarão animando sua caminhada político/pedagógica para contribuir no fortalecimento da educação popular, do trabalho de base e da organização social, como:



**1) A Política Nacional de Educação Popular** – o debate, a apropriação em torno da temática deve fazer parte do cotidiano pedagógico de educadores/as populares nos espaços estaduais, macrorregionais e nacionais, através de rodas de conversa, jornadas pedagógicas e nos encontros e nas oficinas.

**2) Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político** – o tema deve ser assumido em cada estado pelos coletivos locais, fomentar o debate, dinamizar a reflexão com os grupos populares que a Recid desenvolve o trabalho de base, articular e, sobretudo, se aproximar estadual e nacionalmente dos grupos e das organizações que estão dinamizando esse debate; o papel da Recid é fortalecer o trabalho de base, a realização de debates, como a realização e ampliação do Plebiscito em si.

**3) Sistematização** – coletivamente, a Recid irá desenvolver um processo de sistematização e balanço no período de 2011 a 2014, por meio da metodologia da sistematização de experiências, com o objetivo de perceber quais as contribuições da Recid no campo pedagógico, político e da gestão compartilhada.

Além desses três eixos, a Recid detalha em seu Plano de Trabalho de 2014 ações no campo da formação com o 2º Ciclo de Cirandas, ações de comunicação (reformulação do site e gestão da informação, as comunicotecas e informativos), reuniões ampliadas e ações para qualificar o nosso processo de gestão ampliada. Não podemos esquecer que é em 2014 que nos prepararemos para o 12º Encontro Nacional, espaço no qual a Recid avalia seu Plano Trienal 2012/2014 e projeta suas ações para os próximos anos.



# Política Nacional de Educação Popular



Vivemos um momento ímpar em nossa história. As jornadas de junho de 2013 recolocaram em pauta a ocupação das ruas e dos espaços públicos pela população na reivindicação de direitos e serviços públicos. Esses movimentos são uma forma de participação e de tomada de consciência do poder que pode ser construído pelo povo organizado, que não se acomoda facilmente.

Qual é o papel da educação nesses processos de mobilização?

A educação pode reproduzir uma postura de acomodação ou potencializar a mobilização por direitos. Mas a educação não se dá somente na escola. A casa, a rua, o parque, as redes sociais, a feira, os protestos e a fila do posto de saúde também são espaços da educação. Os movimentos sociais também são. Essas práticas precisam ser reconhecidas e valorizadas, inclusive pelo Estado brasileiro. Para além da escola, é preciso pensar na política de educação como um todo, para construção do país que queremos.

Neste ano de 2014, a Rede de Educação Cidadã e a Secretaria-Geral da Presidência da República estão empenhadas na construção de uma proposta de Política Nacional de Educação Popular (PNEP). Após 10 anos da experiência de formação com o povo e a identificação de dezenas de atividades de educação desenvolvidas pelo Governo Federal, ficou nítida a necessidade de uma atuação mais coordenada que fortaleça projetos como o da Recid, da Educação Popular em Saúde, da Economia Solidária, da formação em Direitos Humanos, entre outros.

## Construção Coletiva

Espera-se que essa política nacional seja fruto de um amplo processo de participação popular e consiga, por um lado, reconhecer o dever estatal para com as práticas de educação emancipatórias existentes na sociedade sem “jogar

água no moinho da privatização da educação”; por outro, contribuir para que essas práticas e a escola se aproximem, sem perder a capacidade transformadora da educação popular.

Nesse sentido, foi construído coletivamente o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas cujo objetivo é: “promover um campo comum de reflexão e orientação de práticas coerentes com a perspectiva metodológica proposta pela educação popular do conjunto de programas, projetos e políticas com origem, principalmente, na ação pública, e contemplando os diversos setores vinculados a processos educativos e formativos das políticas públicas do Governo Federal”. O Marco foi elaborado para contribuir no debate sobre os desafios da educação popular como política pública.

Para a Secretaria-Geral da Presidência da República, ministério responsável pelas políticas de participação social e pelo diálogo entre movimentos sociais e governo, a PNEP faz parte das políticas de participação social. A educação popular é um elemento que fortalece a formação para a cidadania e permite maior participação popular na formulação das políticas públicas.

A Recid tem um papel essencial neste processo. A partir de seus princípios pedagógicos do planejamento participativo, da gestão compartilhada e de sua capilaridade, consegue-se chegar, com atividades de educação, em grande parte da população desconhecida do Estado e por vezes dos movimentos. O recurso público é utilizado a partir das prioridades e demandas definidas pelo público da política, de forma descentralizada e democrática, modelo coerente com os princípios da educação popular.

## Como está organizada a PNEP?

A proposta da PNEP está sendo organizada a partir de três eixos de ação estratégica. O primeiro eixo é o da educação popular para a participação social, que envolve as formações de conselheiros e lideranças populares voltadas para a elaboração participativa de políticas públicas.

O segundo é o da aproximação da educação popular com a educação formal, que visa discutir os rumos da educação pública e tem grande preocupação com o predomínio de empresas privadas no sistema educacional e com a alfabetização, afinal ainda temos 14 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever.

O terceiro eixo é o da expressão pública da educação popular, que busca fomentar e garantir recursos públicos para as atividades de formação desenvolvidas pelos movimentos sociais populares com vistas à garantia de direitos.

Todo esse processo ainda está em discussão e há maneiras de participação, principalmente pela Internet, através do portal da participação social do Governo Federal no endereço [www.participa.br/educultura](http://www.participa.br/educultura).

# Encontro dos saberes na Ciranda de Educação Popular



Depois de ver que o que haviam feito era muito bom, no sétimo dia os cerca de 80 educadores/as populares descansaram, curtindo o show dos Racionais e outros grupos de rap, em um passeio pela Ermida Dom Bosco e pela Torre da Cidade em Brasília. Isso depois de viverem seis dias intensos de formação, místicas, rodas de conversa, painéis e oficinas práticas na 4ª etapa do segundo ciclo da Ciranda Nacional de Educação Popular, que aconteceu no Albergue da Juventude, de 17 a 23 de março.

A 4ª etapa da Ciranda cumpriu um ciclo que teve início em junho de 2013, com o processo de seleção dos/as educadores/as pelos estados. A 2ª etapa foi realizada de 23 a 30 de agosto na Casa do Cimi, com o aprofundamento dos temas: formação do Estado e do povo brasileiro, educação e educação popular no Brasil e América Latina e metodologia da educação popular e do trabalho de base. Essa Ciranda também marcou o aprendizado da Recid com processos de

educação a distância e utilização da Internet e da Plataforma Moodle, com trabalho de orientadores/as pedagógicos, que acompanharam a preparação dos participantes.

Com o tema *Comunicação e cultura popular: promovendo encontros e construindo caminhos*, a 4ª etapa da Ciranda promoveu, no primeiro e segundo dias, uma forte troca e intercâmbio de diferentes experiências e realidades dos/as educadores populares nos Núcleos de Base (Maria Cirandeira, Pe. Josimo, Nayá, Margarida Alves, Dandara, Resistência Popular), a partir do trabalho desenvolvido na 3ª etapa, chamada de “Tempo Comunidade”. A sistematização de experiências também foi um tema de aprofundamento no primeiro dia.

O terceiro dia da Ciranda contou com a presença do professor José Jorge de Carvalho, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, para falar sobre o projeto *Encontro de Saberes*. A grande roda de conversa trouxe a reflexão sobre o papel político e pedagógico das universidades na construção

de um projeto popular para o Brasil, promovendo o encontro e a aproximação dos mestres da cultura popular do saber acadêmico.

Na Ciranda também foi realizado o painel com o tema *Políticas Públicas para o campo da cultura popular – Limites e desafios*, mediado por Marcelo Manzati, do Colegiado de Culturas Populares e do Conselho Nacional de Cultura, com presença de representantes do Ministério da Cultura, Secretaria-Geral da Presidência da República e da Secretaria de Cultura do GDF.

A partir do quarto dia, o foco do aprofundamento passou a ser a comunicação social e popular no Brasil. Bia Barbosa, do Coletivo Intervezes, falou sobre a necessidade de ampliar a diversidade e as vozes no espectro da comunicação brasileira, no aprofundamento sobre a representação de grupos sociais e o sistema e modelo de comunicação no Brasil na quarta Ciranda Nacional de Educação Popular, que contou com a presença de Thiago Filgueiras, militante pela mídia livre.

Na Ciranda de Educação

Popular também rolou uma Roda de Conversa com organizações que lutam pela democratização da comunicação no Brasil (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Movimento Cultura Digital, Mídia Ninja, Associação Nacional de Rádios Comunitárias e o Jornal Brasil de Fato). Além do aprofundamento teórico e dos painéis e debates políticos, os/as educadores/as participaram de oficinas práticas sobre Cultura Hip Hop, Comunicação Comunitária, Teatro do Oprimido, Ativismo digital e site da Recid.

Os educadores/as organizaram uma intervenção na quarta Ciranda Nacional de Educação Popular chamando a atenção para o cuidado necessário que assegure que mães e crianças tenham garantias e sejam integradas, com pedagogia lúdico/criativa, nos processos educativos. O último dia, além da avaliação e encaminhamentos finais da Ciranda, foi dedicado ao debate sobre a Política Nacional de Educação Popular e sobre o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

## Comunicação e Cultura Popular



# Encontros macrorregionais da Recid

## Macronordeste fortalece compromisso com a construção do Projeto Popular de Nação

**D**e acordo com as diretrizes do 1º Princípio do nosso Projeto Político Pedagógico, que trata do “Compromisso com o Projeto Popular de Nação”, nos reunimos enquanto Região Macronordeste nos dias 30 de janeiro a 02 de fevereiro de 2014, na cidade de Caxias, estado do Maranhão, para dialogar sobre o tema da Educação Popular e os Direitos Humanos, observando os avanços, limites e desafios da atualidade. O debate envolveu cerca de 50 educadores/as populares dos nove estados que compõem o Nordeste.

Durante todo o encontro, a via e a luta do povo nordestino foi contemplada e celebrada a partir da vivência da

nossa mística, que também contribuiu para observar os avanços, limites e aprendizados. Também foram destacados elementos como a nossa natureza, a “boniteza” da nossa poesia, das nossas canções, do nosso sentimento de pertença, da ternura, da afetividade, generosidade, solidariedade e do amor que flui das relações e do jeito de ser nordestinos.

De acordo com o debate, sob o ponto de vista distinto dos olhares dos sujeitos que protagonizaram o encontro, em diálogo com a realidade e sob o recorte proposto pelo tema, ampliou-se o foco sobre a conjuntura, reafirmando algumas leituras e agregando novos elementos indispensáveis de se saber



para o enfrentamento entre os projetos em disputa.

O encontro oportunizou o aprofundamento sobre a Educação Popular e os Direitos Humanos, a reflexão sobre a Política Nacional de Educação Popular – PNEP (implicações da institucionalização, riscos e oportunidades diante da trajetória da Recid) e a realidade dos estados.

A Recid Nordeste aponta como desafios e perspecti-

vas para 2014 o aprofundamento e a massificação da proposta da PNEP, a utilização do processo Plebiscito Popular da Reforma Política e por uma constituinte exclusiva como importante elemento de unificação dos movimentos populares e para o fortalecimento do trabalho de base e a sistematização do período 2011 a 2014 como uma metodologia para potencializar o trabalho da Recid.

## Encontro Macrorregional Sul Olá, camaradas educadores/as da Recid,




Começamos 2014 com corpo/mente e alma no 9º Encontro Macrorregional, de 17 a 19 de janeiro, em Porto Alegre-RS. E colocamos em movimento a primeira etapa no Plano Regional de Formação com o tema: Projeto Popular e alternativas diante

da crise capitalista. É necessário dizer que em janeiro de 2012, por ocasião do Encontro Macrossul Lapa, no Paraná, nos reunimos para dar os passos iniciais na direção de um Plano de Formação a partir da realidade e identidade da região e para desenvolver

a partir da região sul processos de formação, continuados e integrados de educação popular referenciados no Projeto Político-pedagógico da Rede de Educação Cidadã. Entendemos ser esse um dos modos de fortalecer as lutas populares e o projeto popular para o Brasil.

O educadores Felipe Teixeira (RS) e Jairo Silva (AL) trouxeram suas experiências e vivências na construção dos 10 anos da Recid, desde as origens da nossa identidade política e pedagógica, as mudanças pelas quais passamos e como estamos situados na conjuntura. Dialogamos sobre a relação entre teoria e prática, não podemos nos ater a cumprir convênios e metas, mas devemos nos questionar sobre a qualidade daquilo que fazemos. Educação Popular é uma conduta

que precisa estar coerente com a prática! É preciso vivenciar isso em todo momento. Com Marcel Farah (GO), do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, construímos uma análise de conjuntura do período, em que visualizamos a reascensão das mobilizações populares. Percebemos melhorias na qualidade de vida, mas sem reformas estruturais. Chamamos a atenção para a luta pela democratização do Estado e das Políticas Públicas. Que conceito de participação trabalhamos? Não se entende participação como os fins e os meios da política (voto foi transformado em mercadoria). Temos que ir além dos Conselhos e das Conferências. Daí a ideia de reforma política e a importância do plebiscito popular, pois hoje vivenciamos



a democracia do capital, eleições orientadas pelo poder econômico.

Com muita dinâmica e sensibilização, trabalhamos com Marco Mello (RS) nossas opressões e superações, concepções de direitos humanos, a relação dos direitos humanos e nossas lutas com as políticas públicas e com a Educação Popular, “não queremos nem precisamos da educação que a burguesia teima em nos oferecer, pobre para os pobres, orientada por métodos bancários, cada vez mais mercantilizada e voltada à competitividade, ao consumismo e ao individualismo”. Fizemos estudos

de casos a partir da análise de conjuntura de três situações recentes: assassinatos em presídios e ônibus (MA); “rolezinhos” nos Shoppings (SP) e protestos em relação à Copa 2014 (12 cidades).

A noite cultural iniciou com oficina de confecção de instrumentária popular, com base afro-brasileira com o educador Valdemar e na continuação o educador Ronaldo interpretou e nos divertiu com o palhaço Pituimm, a noite seguiu com uma roda de samba animada.

Os estudos, debates e as vivências nos mostraram como podemos qualificar a metodologia das nossas atividades

de base e prática da educação popular, também dialogamos sobre nossa participação em relação às prioridades políticas do período: a articulação para o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político e construção da Política Nacional de Educação Popular (PNEP).

No terceiro dia, realizamos a transição das educadoras/es que passam a compor a Coordenação Macrossul e a Comissão Nacional. Os coletivos estaduais tiveram tempo de reunirem-se para discutir sobre a organização e o planejamento das atividades estaduais. A segunda

etapa do Plano Regional de Formação acontece em abril, em Chapecó/SC, com o tema *História das ideias e lutas sociais no Brasil e na América Latina*. Fechando o Encontro, o núcleo de comunicação sistematizou os melhores momentos num vídeo, em analogia ao curta: *Dancem Macacos, Dancem* de Ernest Cline, uma crítica bem-humorada sobre a condição humana e a sociedade e até que ponto nos moldamos para estar dentro das normas comportamentais.

Abraços calorosos dos educadores/as do sul e o desejo de muita saúde e disposição em 2014!

## Macrocentro-oeste: Ciranda do Cerrado



O IX Encontro Macrorregional Centro-Oeste, intitulado “Ciranda do Cerrado”, ocorreu entre os dias 24 e 28 de fevereiro/2014, em Campo Grande-MS.

“A Ciranda do Cerrado” foi um processo cuidadosamente pensado pela Coordenação Centro-Oeste (COCO) cujo objetivo foi desenvolver um processo de formação continuada, presencial e a distância, com um grupo de

educadores/as populares, tendo em vista a multiplicação, dinamização e qualificação dos processos de formação de base com os grupos acompanhados pela Recid nos estados do Centro-Oeste, para aprofundar o estudo sobre a formação da Região, o papel da educação popular, dos direitos humanos e os desafios atuais dessas práticas.

Nessa ideia, alguns temas foram centrais, como a Formação do Povo do Cerrado e a Política Nacional de Educação Popular (PNEP), que durante dois dias do encontro foram aprofundados com o intuito de conhecer o histórico do povo dessa região e ainda levantar os desafios apontados para a PNEP.

Numa dinâmica organizada com grupos/núcleos de base (NB's), as/os educadores/as socializaram a fase virtual do processo e ainda viveram a etapa presencial a partir dos conteúdos trabalhados nos coletivos estaduais.

Ainda durante as duas primeiras noites, participamos também da oficina de comunicação que juntamente com o debate posterior na plenária teve como objetivo iniciar o processo de discussões críticas sobre comunicação e a construção coletiva dos 4 vídeos da região – um por estado – que ao final do ano irão compor o DVD de experiências e princípios da Recid.

Agora, já de volta aos estados, esse coletivo regional continua o processo virtual

em preparação ao próximo encontro previsto para início de agosto em Mato Grosso. A região Centro-Oeste realiza seus encontros macrorregionais num processo de alternância entre os estados. Ainda dentro da “Ciranda do Cerrado”, e como parte dos processos organizativos da região, definiu-se nesse encontro os/as novos/as integrantes da COCO (Coordenação Centro-Oeste) e da Comissão Nacional (CN), acolhidas/os com bastante entusiasmo e expectativa por todo coletivo regional. A última representação da CN foi feita por Paulo Matoso e Jacqueline Chaves, e a nova composição está sob a responsabilidade de Roseniara Barbosa (MT) e Jefferson Acezedo (GO). Na suplência ficou Fernanda Kunzler (MS).



## PRÓXIMOS ENCONTROS

O 9º Encontro macrorregional Norte está previsto para 24 a 27 de maio, em Macapá, articulado com o 7º Fórum Social da Pan-Amazônia. O encontro da Região Sudeste realiza-se em agosto, em data a ser definida.



# 2014 e o Plebiscito Popular, vamos nessa?

Dennis Gonçalves

É verdade que “em 2013, o bicho pegou”. As gigantescas mobilizações de junho sacudiram o aparente marasmo da conjuntura brasileira e sua narrativa bipolar. Muitas foram as interpretações que buscaram explicar porque isso aconteceu, mas o certo é que pegou todo mundo de surpresa, na direita e na esquerda. Também, como as pessoas saíram às ruas sem uma pauta clara – e a imagem que mais representou isso foi a dos cartazes individuais, do tipo “escreva aqui sua indignação” –, o sentido político daquelas manifestações logo virou objeto de disputa.

Desde junho de 2013, o tempo se acelerou. O conflito de interesses e de projetos políticos se acirrou. Entendermos o que se passa no Brasil desde então tornou-se uma das tarefas mais desafiadoras e importantes do momento. Assim como sabemos o que fazer diante desse quadro. Enigmático, complexo, é justo dizermos que o ano de 2014 é chave para o que será o próximo período e, para nós da esquerda, pode ser uma oportunidade de que as coisas avancem ou pode acarretar um retrocesso. A conjuntura nos apresenta um desafio: deciframe ou devoro-te.

Numa tentativa de dar resposta a isso, foi que uma ampla articulação de organizações populares propôs a realização do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. “Nomão!” Até

difícil de entender se agente não parar para pensar um pouco nele. Resumidamente, por agora, é uma iniciativa do nosso campo – dos movimentos populares, do Projeto Popular – e sobre um tema – a reforma política – que já esteve presente em muitas de nossas atividades, antes mesmo do Plebiscito ser proposto.

Além disso, como foi com todas as outras propostas de Plebiscito (por exemplo, em 2000, sobre a dívida externa, e em 2002, sobre a ALCA), a coleta de votos é só uma parte do processo. O fundamental é que ele seja um eixo de conscientização do povo brasileiro ao longo de 2014, se desdobrando em diversas atividades de educação popular, estando presente nas formações pedagógicas, no trabalho de base, nas ações de agitação e propaganda e nas lutas de rua das diversas organizações populares brasileiras.

Por essas razões, eu acredito que a iniciativa do Plebiscito Popular tenha tudo a ver com a nossa proposta enquanto Recid e nosso Projeto Político-Pedagógico. A orientação que veio na 1ª

Carta Circular de 2014, discutida na última Reunião Ampliada Nacional, que afirma ser o Plebiscito uma das “linhas políticas centrais que a Recid assume em seu Plano de Trabalho 2014”, confirma que essa é uma percepção presente também entre a maioria dos/as educadores e educadoras. E mais, além da orientação debatida coletivamente, também na prática muitos de nós educadores/as já estamos nos envolvendo com as ações e a organização do Plebiscito nos Estados. Inclusive, estivemos muito bem representados na última plenária nacional, que foi no dia 15 de fevereiro em Brasília.

Penso que nosso desafio é o de contaminarmos esse amplo movimento com nosso jeito de fazer da Recid, que acolhe todas as pessoas, independentemente de onde venham; que incentiva o empoderamento, a participação, a fala, de todos e todas por igual; que persegue sempre o debate aberto e o consenso, sem impor a ninguém; que mete a alegria no meio da política, mas

também sabe sensibilizar pela mística; que resgata a diversidade da cultura popular brasileira como forma de o povo manifestar seus interesses. Também, precisamos colocar a pedagogia Freiriana no centro da prática do Plebiscito, que para nós é um grande mutirão de educação popular. Defender o trabalho de base e nele sermos capazes de articular uma realidade concreta com a necessidade de mudança do sistema político será uma lição prática de Paulo Freire. De todo jeito, pelo grau de envolvimento das educadoras e educadores, pela nossa afinidade e acúmulos sobre o tema da reforma política e também pela nossa experiência com o trabalho de base e os processos formativos, tenho a certeza de que a contribuição da nossa Rede de Educação Cidadã para o Plebiscito Popular em 2014, nacionalmente e em todos os Estados do Brasil, será marcante!

VÁ ÀS URNAS DE  
01 A 07 DE SETEMBRO



PLEBISCITO  
CONSTITUINTE

## Como vamos fazer e quais os desafios do Plebiscito pela Constituinte nessa conjuntura?

Mãos à obra? Muitos debates já foram feitos sobre essa campanha, muitas dúvidas já foram levantadas e sanadas nos variados espaços de diálogo sobre o Plebiscito. Destaque para as plenárias nacionais que vêm acontecendo a cada dois meses – mais ou menos – e também para o Curso Nacional de Formação de Formadores que aconteceu em Guararema em dezembro passado. Como educador popular da equipe da Recid no estado de Goiás, tive a oportunidade (assim como outros/as companheiros/as de outros estados) de participar desses momentos. Aprendemos muito e, por isso, escolhi escrever esta carta resgatando e sistematizando um pouco desse aprendizado. Espero que tenha a função pedagógica de empoderar o conjunto das educadoras e educadores sobre o acúmulo de debates que já se construíram no Plebiscito e também que esquete nosso próprio debate interno sobre como deve ser a participação da Recid neste momento de unidade.

A começar pelo nome: “Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político”. O que isso significa? É um plebiscito porque supõe uma consulta pública, para saber se o povo brasileiro concorda ou não com uma proposta política. No caso, a pergunta é: “Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político?”. Será uma votação, com data marcada para acon-

tecer – entre os dias 01 a 07 de setembro de 2014. Não está muito certo ainda como vai ser o controle dos votantes, se vai ser requerido o RG ou o título de eleitor. Mas a ideia é que possibilite o maior número de votos possível, mantendo a credibilidade do resultado (*i.e.* sem dar margem para questionamentos de que uma pessoa tenha votado várias vezes, por exemplo). As urnas, devemos fazer o esforço de ter o máximo possível e, por isso, vamos ter que improvisar – por exemplo, usando caixas de sapato como urna e uma lista de papel para o controle. A ideia aqui é que qualquer pessoa com muita disposição e poucos recursos possa armar uma urna.

Dizemos que é um plebiscito popular porque não é o Estado, e sim o povo, que está convocando o plebiscito. Infelizmente, a Constituição brasileira não permite iniciativas populares de plebiscito – apenas o Congresso Nacional tem esse poder. Isso significa que nosso plebiscito não vai ter validade jurídica imediatamente após a votação, mas será uma baita ferramenta de pressão política.

O tema é a Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político. Uma Assembleia Constituinte é, juridicamente, o único espaço político com capacidade de mudar a constituição – o atual legislativo pode apenas propor alterações dentro da mesma constituição, desde que não seja nas famosas cláusulas pétreas. A Assembleia Constituinte que queremos é exclusiva

porque não será formada pelos atuais deputados e senadores (afinal, se fosse por eles, tudo permaneceria o mesmo, certo?), mas, sim, por novos representantes democraticamente eleitos exclusivamente para essa tarefa. É soberana porque não vai depender dos poderes já instituídos para funcionar e fazer valer sua proposta final. Por fim, será sobre o sistema político porque esse será o foco da mudança constitucional. O sistema político é uma definição ampla, que rege a forma organizativa do Estado e até a maneira com que ele se relaciona com as instituições da sociedade civil. Ou seja, estão aí incluídos temas como a relação entre os três poderes, a forma de escolha dos representantes, os mecanismos de democracia direta, os limites da democracia representativa (até onde podem ir os representantes sem ter que consultar o povo?), o controle popular sobre o Estado (inclusive do poder judiciário), as regras

para concessão de imprensa e para convênio com organizações da sociedade civil. É muito além de uma reforma eleitoral. Cabe muita coisa, inclusive – para nossa alegria – financiamento público de campanha, sistema diferenciado para eleição de representantes indígenas, termos eleições diretas para o poder judiciário, para outros órgãos e também democratizar a imprensa!



# Caderno de Educação Popular e Direitos Humanos

A necessidade faz com que as pessoas se movam em prol daquilo que acreditam ou defendem como um direito. Esse movimentar-se é histórico, amplo e plural, demonstrando a diversidade grande dos sujeitos em luta. Isso porque uma das características marcantes da vida social e política é que sempre está se falando sobre direitos. Direito de viver, de lutar, de morar, de se alimentar, viver sem violência... de ser feliz. Portanto, falar em direitos é, em primeiro lugar, falar dum desejo, duma necessidade que temos de viver em um mundo mais justo.

Partindo desse movimentar-se e a partir do desejo de contribuição ao trabalho popular realizado pelos/as educadores/as da Rede de Educação Cidadã (Recid) foi construído o *Caderno de Educação Popular e Direitos Humanos*, que se constitui numa coletânea de artigos e cartas que nos situam no cenário da luta pelos Direitos Humanos no Brasil. Os temas abordados têm como referência o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e a Plataforma DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais).

Tendo como base a metodologia da Educação Popular,

apresenta subsídios que podem ser acessados como ferramentas para qualificar as lutas pela ampliação e qualificação dos Direitos Huma-

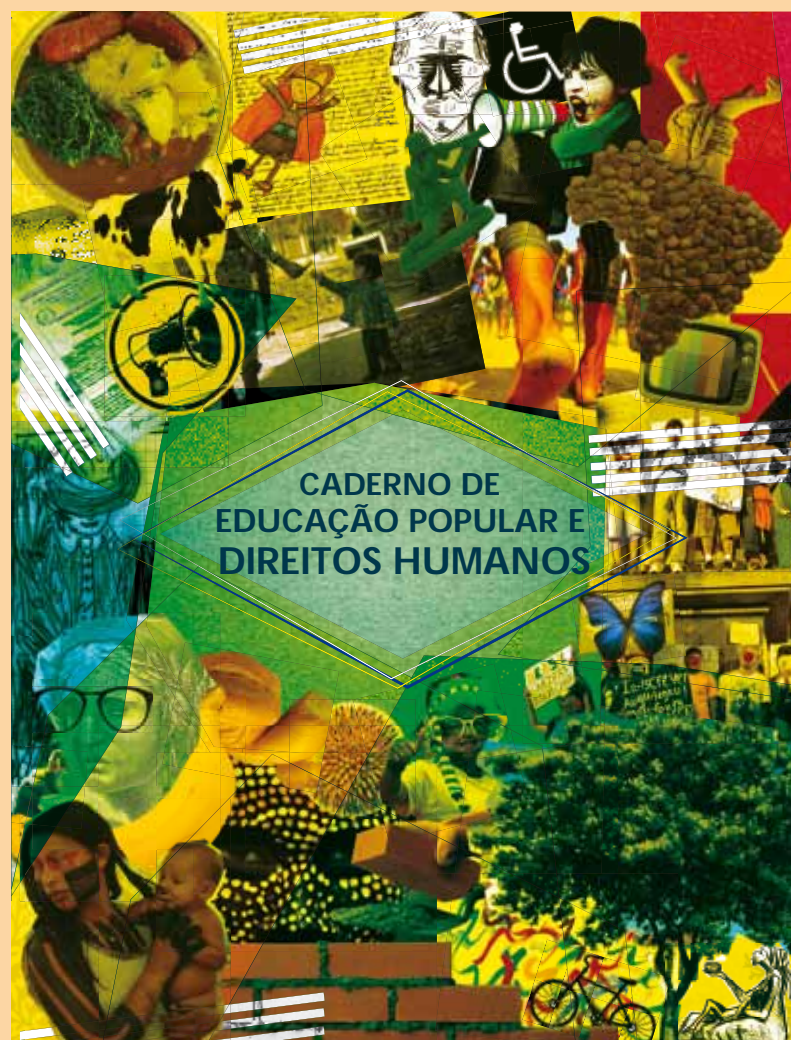
numa tentativa primeira de aproximar na concretude a educação popular com os direitos humanos.

Essa publicação faz parte

Durante a realização dos Fóruns: Mundial de Direitos Humanos, realizado no mês de dezembro de 2013 em Brasília, e Social Temático, realizado no mês de janeiro de 2014 em Porto Alegre/RS, o caderno foi lançado. O intuito desses momentos foi além de divulgar o que se construiu, fazer com que as pessoas, defensoras de direitos, se aproximassem da educação popular na relação com os direitos humanos, visto que um é em essência o outro.

No entanto, sabe-se que nenhuma política, por mais consistente e ampla que seja, esgota a agenda popular de luta por direitos humanos. Querer um Brasil que respeite e promova os direitos humanos requer uma agenda central que contemple ações que modifiquem relações e construam uma nova cultura e práticas. Isso significa colocar em pauta um sentido de projeto de nação em que nele sejam considerados protagonistas todos/as aqueles/as que historicamente tiveram direitos desrespeitados.

Esse caderno está disponível para acesso no site: [www.camp.org.br](http://www.camp.org.br). Deseja-se que esse material sirva de contribuição para a luta e garantia dos direitos humanos no Brasil.



nos. Por isso, além de temas conhecidos no debate dos direitos como o acesso a terra, questão indígena, quilombola, negros/as, o caderno também aborda temáticas como aborto, tráfico de pessoas, violência contra a mulher, cultura, lazer e esporte,

do Projeto Educação, Cidadania e Direitos Humanos: Conectando Redes e Saberes, firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP). Sua tiragem foi de oito mil exemplares.

## EXPEDIENTE

Informativo Recid – Nº 01 – 2014

Colaboraram na redação: Cris Brites, Elisiane de Fátima Jahn, Denis Gonçalves, Fernanda Kunsler, Gilson Lucena, Marcel Farah, Robson Luiz, Vera Barreto, Willian Bonfim, Fernanda Kunsler e educadores/as do Sul.

Projeto gráfico e diagramação: Veraz Comunicação

Impressão: Evangraf

Projeto: E-DHESCA, Educação, Cidadania e Direitos Humanos

Conectando redes e saberes

Convênio: 778677/2012.